

## O RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE MILITAR DE PRAÇAS NA MARQUÊS DE SAPUCAI

Por Ageu Amorim da Silva

a.ageuas@gmail.com

No recente desfile das escolas de samba do grupo especial na avenida do samba, ocorrido em fevereiro desse ano, o Grêmio Recreativo Paraíso do Tuiuti, o carnavalesco resta a história do Almirante Negro, João Felisberto Cândido, que conforme comprova a história, empreendeu uma luta de classe contra o Governo de Presidente Hermes da Fonseca.

Observa-se que durante o desfile na avenida, o comentarista da emissora de tv Globo, faz um relato interessante, afirma que o Almirante Negro somente insurgiu com sua indignação após viagem a Inglaterra, onde conheceu o movimento sindical daquele País, onde havia um sindicato dos marinheiros.

Intrigante como um fato do passado se torna tão recente em nossa história no Brasil, pois como é sabido, vivemos no século XXI, a sociedade avançou, a tecnologia avançou, as leis avançaram, o conhecimento que liberta teve um grande salto, contudo em nosso País, ainda vivemos mumificados com procedimentos e fantasmas do passado.

O Brasil conheceu os tratados internacionais e optou por assinar como signatário dos mesmos, podemos ressaltar o Tratado referente ao Pacto de São José da Costa Rica, onde insculpe a importância em respeitar os direitos humanos. Em 2004 o Brasil assentou essa norma supralegal em nossa constituição que conforme o nosso códex, tem força de texto constitucional, contudo na prática não é isso que efetivamente vem acontecendo.

A luta empreendida por João Cândido ainda se faz presente no seio militar de praças das Forças Armadas, pois, conforme o texto plasmado na constituição, militares são apenas militares, não são equiparados a funcionários federais, servidores federais, não possuem os mesmos direitos trabalhistas que os demais brasileiros, não são alcançados por políticas públicas governamentais, não podem requerer reajustes salariais ou mesmo a melhoria do tratamento de saúde, como se diz na caserna, **“o militar é de ferro e não enferruja”**.

Esses servidores da pátria também envelhecem, após prestarem seus serviços por 30 ou 35 anos dedicando 100% de suas vidas em prol da nação e são esquecidos pelo alto comando, comprovando assim que estes nunca os representaram. Esses militares já idosos, embora cheios de orgulho por terem pertencido às fileiras das forças armadas, são efetivamente jogados à própria sorte num canto qualquer desse País.

A Luta de João Cândido se faz presente para cada um deles, que embora sendo descontados em contracheque em seu convênio médico todo mês, não podem ser atendidos nos hospitais militares ou clínicas conveniadas, pois muitos não residem em grandes centros urbanos, são abandonados em seus tratamentos médicos ou dentários.

As Pensionistas dos militares praças falecidas ou suas herdeiras, estas, vem inegavelmente sofrendo com as negativas de direitos trazidos pela Lei 13.954/19 a qual retirou diversos direitos que faziam parte dos direitos adquiridos, mas que foram atropelados por essa lei injusta. Entretanto, quem liga pra isso, eles são militares, o texto constitucional, fez questão de excluí-los de todos os direitos sociais que os demais brasileiros possuem. Mas quem sabe disso?

O Orgulho que cada militar praça, reformado ou da reserva carrega em seio é que serviram a Pátria e por conta disso estão dispostos a morrer por ela sem insurgirem nos pleitos pelos seus direitos esquecidos, afim! Quem liga, eles **“são de ferro e não enferrujam”**.

Curiosamente se pergunta, qual a efetividade do Brasil ter se tornado signatário dos tratados internacionais, se na pratica não vem aplicando? Qual o sentido em promover largamente os direitos humanos se na prática é uma fantasia? Já chegou a hora do Brasil reconhecer a integralidade a Emenda Constitucional 45/2004 e avançar na aplicabilidade de seus comandos legais.

A perseguição sofrida no seio militar, deveria ser coisa do passado, contudo infelizmente essa serpente, ainda assombra muitos militares praças, em razão dessa serpente ser alimentada por correntes de dentro do governo, que lutam para que essa estigma da perseguição se renove a cada 4 anos. Pois militares Praças não possuem representantes nesse País, estão literalmente fadadas ao esquecimento institucional.

O fato concreto é que ecoa nos corações da família militar de praças, um clamor advindo pelo reconhecimento dos serviços prestados para o País em relação a uma categoria que se dedicou por anos a fio, com prejuízo de sua vidas em prol da nação brasileira, onde muitos tombaram na caminhada, foram deixadas para trás efetivamente em detrimento da categoria dos oficiais, as praças foram efetivamente esquecidas e jogadas para escanteio a bel prazer de suas sortes.